



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO**

**ATA Nº 157/2024**

|   |                               |                         |
|---|-------------------------------|-------------------------|
| <b>Reunião do Grupo de Trabalho " Igualdade de Gênero "</b>   |                               |                         |
| <b>1. Identificação da Reunião</b>  |                               |                         |
| Data: 09/12/2024  | Horário: 17h                  | Local: Videoconferência |
| <b>2. Participantes</b>   |                               |                         |
| <b>Nome</b>   | <b>Representação ou cargo</b> |                         |
| Márcia Morgado Miranda - Procuradora Regional da República, Coordenadora  |                               |                         |
| Acácia Suassuna - Procuradora Regional da República   |                               |                         |
| Analúcia Hartmann - Procuradora Regional da República   |                               |                         |
| Pedro Machado - Procurador Regional da República  |                               |                         |
| Priscila Schreiner Schreiner - Procuradora Regional da República  |                               |                         |
| Fernanda Teixeira - Procuradora da República  |                               |                         |
| Bruna Pereira de Alencar - Assessora-Chefe da Assessoria Multidisciplinar, PFDC   |                               |                         |
| Cristiane Mendes  |                               |                         |
| Cândida Ferreira  |                               |                         |
| Daniela Camargo   |                               |                         |
| <b>3. Memória de Reunião</b>  |                               |                         |
| <p>- <b>Dra Márcia</b> fez as apresentações dos membros e explicou o trabalho do GT Igualdade de Gênero. Disse que o GT tem por objetivo identificar as boas práticas utilizadas nos Municípios para utilizar uma atuação mais concreta dos membros, sobretudo na articulação com Ministérios.</p> <p>- <b>Dr Pedro</b> disse que o GT tem visto oportunidades na questão legislativa, mas verifica também a falta de implementação das políticas públicas. Assim, a reunião tinha por objetivo entender como estava funcionando no âmbito municipal. Assim, pediu que cada um explicasse a atuação, iniciativas e execução das políticas públicas.</p> <p>- <b>Cristiane Mendes</b>, professora da Faculdade de Medicina e psicóloga do HC de Botucatu, disse que surgiu a possibilidade de fazer um projeto de extensão com o atendimento à vítima de violência sexual e também a inclusão do aluno de medicina e enfermagem nesse cuidado. Disse que o projeto tinha por objetivo divulgar a Lei do Minuto Seguinte e nesse ponto,</p> |                               |                         |

montaram um site sobre a Lei com temas de violência sexual e contra a mulher. Também criaram grupo de acolhimento e orientação para pessoas em situação de violência, com whatsapp e e-mail.

Também criaram uma página de instagram, destacou o amplo alcance das informações no estado de São Paulo, mas também em outros estados do Brasil e em outros países do mundo, que seguem.

Ressaltou que muitas pessoas não sabem os direitos que têm para serem atendidas no hospital do atendimento integral, sobre a questão do boletim de ocorrência, etc.

Mencionou que fizeram campanhas, com programas de conscientização para a população de risco e também para os universitários, nas Faculdades de Educação, Medicina, Enfermagem, Psicologia. Posteriormente, foram a todas as unidades de saúde da região. Fizeram um grande trabalho de capacitação e de orientação de profissionais da saúde, que desconheciam a legislação. Falaram da importância da notificação.

Falou que havia necessidade de fazer um mapeamento da região e dos serviços disponíveis. A partir disso, eles têm feito esse trabalho de orientação e encaminhamento ao HC. Disse que, no início, procuravam as pessoas; hoje, as pessoas que os procuram.

Detalhou que tem feito parcerias com segmentos de arte, para representar vítimas de violência e para tratar o tema em teatros. Próxima meta é uma parceria com a diretoria de ensino de ensino médio. Estão preparando o material para a faixa etária.

- **Dr Pedro** ressaltou que esses depoimentos eram importantes para uma atuação conjunta com os procuradores nos locais. Pediu que Cristiane encaminhasse o protocolo completo de atuação para utilizar como um roteiro para os membros do MPF.

- **Cândida Ferreira** debateu o impacto da Lei Maria da Penha itinerante e dos dezesseis dias de ativismo no combate à violência contra as mulheres. Disse que são poucos servidores e muitos parceiros, além de alunos da área de saúde. Salientou a importância das políticas públicas e das parcerias na abordagem desta questão. Também compartilhou as suas experiências com o projeto do Centro de Apoio Familiar e Infante-juvenil, que presta cuidados psicológicos, psicossociais e nutricionistas aos filhos de mulheres em situação de violência.

Lembrou a sanção de lei que contempla o atendimento psicossocial a filhos de pessoas presas em regime fechado.

O centro tem três objetivos: atender os filhos de mulheres em situação de violência, filhos das pessoas presas em regime fechado e a população infante-juvenil como um todo. Além desse atendimento psicossocial, há também acesso a cursos, oficinas com profissionais sobre comunicação não violenta, bullying, justiça e cidadania e Lei Maria da Penha, sala de informática, salas de ludoterapia, preparação para o Enem, guarda roupas solidário, auditório,

biblioteca, etc.

Enfatizou a necessidade de técnicos em cargos de política pública e o potencial de todos os municípios receberem apoio do Ministério Público Federal. Mencionou também a sua ideia legislativa de incluir a eleição ativa em medidas de proteção da Lei Maria da Penha (art. 22).

- **Dra Márcia** falou da ideia de criação de um protocolo de cooperação, em que houvesse um comprometimento de capacitação quanto ao roteiro de acolhimento. Solicitou o envio dos roteiros para que o GT possa trabalhar a partir das informações existentes. Falou que querem fazer esse protocolo com o MEC e MS. Sobre a questão legislativa apresentada por Cândida, disse que poderia ser apresentada ao PFDC para a avaliação de produção de uma nota técnica.

- **Dr Pedro** reforçou a necessidade de capacitação dos profissionais de segurança pública, que são a porta de entrada dessas violências. Sobre o protocolo, lembrou o déficit de informação dos alunos das faculdades e dos profissionais de saúde. Esse é um dado para ser utilizado com as autoridades para a assinatura do protocolo.

- **Dra Priscila** falou sobre a parceria com a ONG Safernet, com materiais muito bons que podem ser utilizados. Questionou se havia algum projeto para educação e prevenção em relação em relação aos homens agressores.

- **Daniela Camargo** disse que já tinham preocupação com os homens autores de violência. Ressaltou que conversou com a equipe da UNESP, que já desenvolvia projeto para os homens autores de violência com grupos reflexivos. A partir do próximo ano, o projeto será financiado pela Prefeitura de Bauru. A ideia é medir a reincidência. Reforçou que passaria o projeto e o plano de trabalho.

- **Dra Márcia** mencionou que o TJRJ tem um projeto muito conhecido em relação aos homens agressores ([Grupo Reflexivo para homens agressores](#)). Pediu para Bruna compartilhar link com o GT.

- **Cândida Ferreira** disse que também iniciariam no próximo ano um grupo de ressocialização. Lembrou também o trabalho do Instituto Alban, em Minas Gerais. Reforçou que precisam inicialmente cuidar das mulheres, mas é importante falar com os homens. Disse que o Município ficou 3 anos sem nenhum feminicídio e nenhuma das mulheres atendidas pela rede foi morta. Recentemente comemoraram um ano sem feminicídio. Reconhece uma grande lacuna nas capacitações.

- **Dra Márcia** questionou se o que estavam implementando estava sedimentado para ser executado independentemente do gestor.

- **Cândida** disse que sim, mencionou que o Decreto previu todos os detalhes, inclusive o atendimento infantil. A declaração do psicólogo que atender a criança tem reflexo na escola,

de abonar a falta.

- **Daniela** disse que a política pública é construída com base no decreto, tudo construído para ter continuidade.

- **Dr Pedro** disse que há um recurso a ser repassado à casa da mulher Bauruense e que, caso não seja implementado o projeto, o recurso deve ser devolvido.

- **Dra Márcia** disse que o GT tem feito campanhas e solicitou uma atuação conjunta com as Secretarias. Pedeu que todas encaminhassem os materiais disponíveis; sobre o projeto de lei, disse que poderiam pensar numa nota técnica.

- Todos concordaram que a grande prioridade é o acolhimento das vítimas tanto no sistema de saúde quanto no sistema de segurança pública.

- **Dra Márcia** reforçou a necessidade da reunião com o MEC, assim que obtiverem o material enviado pelas secretárias. Assim, a ideia seria demandar que eles colocassem a temática nas capacitações, que exigissem nas universidades, também capacitando estudantes de saúde. Além disso, poderiam elaborar um kit a ser encaminhado aos colegas na ponta e realizar uma interlocução com o CNMP.

- **Dra Analucia** lembrou que o tema poderia sofrer resistência em virtude da competência dos MPEs. Disse que poderiam trabalhar essa competência a partir da construção de casas de acolhimento pela União, uma espécie de "Educação para a Paz".

- **Dra Priscila** disse que também estão trabalhando o tema no GT de crimes cibernéticos. Lembrou que o CNJ também tem um trabalho de capacitação.

- **Dr Pedro** falou da necessidade de os profissionais de educação poderem denunciar sem se identificar, com alguma espécie de proteção. Sem assegurar esse anonimato, disse que as vítimas permanecem invisibilizadas.

- **Dr Pedro** falou sobre uma ideia de projeto de georreferenciamento das informações de violência doméstica. Dra Analúcia sugeriu que o projeto fosse apresentado ao CNMP.

- **Dra Fernanda** entrou na reunião para tratar de possíveis capacitações e parcerias quanto a crimes cibernéticos.

- **Dra Priscila** disse que participou de um seminário sobre impacto de novas tecnologias na área cibernética, que falou de violência contra a mulher. Disse que um dos convidados era do Conselho da Europa e que possuem um trabalho de capacitação de juízes e promotores nessa área.

- **Dra Fernanda** disse que há um curso (em espanhol), com todos os módulos, para capacitar juízes e procuradores sobre esses crimes na internet, para adoção da perspectiva de gênero tanto na investigação quanto no julgamento. Poderiam pedir mais informações sobre os módulos, tradução e atualização da legislação nacional.

Disse que o Conselho da Europa tem um comitê de equidade de gênero. Não tem contato desse comitê, mas poderiam fazer contato para receber materiais e agendar reuniões.

Ressaltou que as reuniões iniciais seriam online e não teria custo. Sobre a capacitação, poderiam verificar com a ESMPU ou SCI. Disse que eles possuem recursos para capacitação também.

Precisariam fazer uma reunião com eles para entender a proposta.

- **Dra Priscila** disse que poderia encaminhar um e-mail para o coordenador pedindo os materiais, antes do agendamento de qualquer reunião.

- **Dr Pedro** sugeriu, para o próximo ano, reunião com a delegada Rafaela Parca e com o professor que fez o sistema de georreferenciamento.

#### 4. Itens de Deliberação

| Descrição  | Responsável                  | Prazo    |
|--|------------------------------|----------|
| Compartilhar arquivos dos projetos em andamento  | Cândida, Daniela e Cristiane | Imediato |
| Compartilhar link do projeto do TJRJ sobre homens agressores   | Assessoria Multidisciplinar  | Imediato |
| Agendar reunião com a delegada Rafaela Parca e com o professor que criou o sistema de georreferenciamento. | Assessoria Multidisciplinar  | Janeiro  |

#### 5. Fechamento da ata

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**MARCIA MORGADO MIRANDA**  
Procuradora Regional da República  
Coordenador do GT "Igualdade de Gênero"

**Bruna Pereira de Alencar**  
Assessora-Chefe da Assessoria Multidisciplinar



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00492742/2024 ATA nº 157-2024**

.....  
Signatário(a): **MARCIA MORGADO MIRANDA**

Data e Hora: **07/01/2025 12:38:01**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **BRUNA PEREIRA DE ALENCAR**

Data e Hora: **07/01/2025 13:24:16**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave f64f5497.a0bd641b.99201585.f143d084